

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
5. 159
BIBLIOTECA

CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Número 4 / Abril 1986

Sumário

Editorial	3
Construção de Representações e Legitimação Social	
Jorge Vala <i>Sobre as Representações Sociais</i> — Para uma Epistemologia do Senso Comum	5
José Valente <i>Sobre a Legitimidade do Poder Tecnocrático</i>	31
António Joaquim Esteves <i>A Religião Popular em Portugal</i>	63
Moisés de Lemos Martins <i>Uma Solidão Necessária à Ordem Salazarista: a Família como Terapêutica Nacional</i>	77
Luis Miguel Duarte <i>História das Mentalidades</i> (Algumas Sugestões de Leitura)	85
Mário Rui Silva <i>A Relação Salarial nas Indústrias Têxteis e do Vestuário em Portugal</i>	119
José Manuel Moreira <i>Crise Económica e (Cons)Ciência Económica</i>	139
Alfredo Reis <i>Pessimismo Antropológico e Optimismo Histórico: um Conflito na Filosofia de Kant</i>	155
Carlos S. Costa <i>Algumas Notas sobre Regionalização</i>	187
Noticiário	191



Cadernos de Ciências Sociais

Director: José Madureira Pinto

Redacção: António Almodovar, António Esteves, Arnaldo Fleming, Augusto Santos Silva, Carlos S. Costa, Daniel Bessa, João Arriscado Nunes, José Alberto Valente, José Madureira Pinto, Luis Miguel Duarte, Margarida Ruivo, Maria do Rosário Teixeira Bastos, Mário Rui Silva e Rui Graça Feijó.

Design Gráfico: Gil Maia

Proprietário: Edições Afrontamento/Rua Costa Cabral, 859/4200 Porto

Cadernos de Ciências Sociais publica-se três vezes por ano.
Assinatura anual: 1.100\$00
Redacção e administração: Rua Costa Cabral, 859/4200 Porto

Cadernos de Ciências Sociais aceita e agradece os originais que lhe forem enviados. Caberá no entanto à redacção decidir sobre a oportunidade de inclusão das contribuições não solicitadas.

Ficha Técnica

Composição: Edaf
Impressão: Litografia Ach. BRito
Tiragem: 2500 Exemplares
Edição: Edições Afrontamento
Nº de edição: 256

Preço deste número: 600 \$ 00

EDITORIAL

Depois de, em números anteriores, termos proporcionado aos leitores da revista conjuntos relativamente amplos e articulados de textos sobre a crise económica e o processo de industrialização, o investimento estrangeiro, o sistema de ensino em Portugal, a teoria keynesiana e ainda a metodologia da pesquisa social, eis-nos propondo, desta vez, um extenso bloco de artigos subordinado ao tema "Construção de representações e legitimação social".

O presente número de Cadernos de Ciências Sociais inclui, entretanto, trabalhos que, ora aproximando-nos dos problemas específicos da economia portuguesa, ora convidando-nos a uma reflexão sobre questões gerais de teoria e epistemologia, transcendem os limites da sua temática central.

A intenção será permitir ao leitor uma digressão tão estimulante quanto possível pelo extenso universo das Ciências Sociais.

A. Redacção

SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS — PARA UMA EPISTEMOLOGIA DO SENSO COMUM

Jorge Vala*

Enunciado no final do século passado por Durkheim (1898), o conceito de representação colectiva foi retomado por Moscovici (1961) no contexto da psicologia social. É em referência à sua reformulação psico-sociológica que sobre ele pretendemos reflectir, tomando inclusivé como ponto de partida a definição apresentada por Moscovici no prefácio ao livro de Herzlich (1969) sobre a representação social da saúde e da doença. De acordo com aquele autor, diríamos que uma representação social compreende um sistema de valores, de noções e de práticas relativas a objectos sociais, permitindo a estabilização do quadro de vida dos indivíduos e dos grupos, constituindo um instrumento de orientação da percepção e de elaboração das respostas, e contribuindo para a comunicação dos membros de um grupo ou de uma comunidade (Moscovici, 1969). De uma outra forma, as representações sociais são teorias implícitas acerca de objectos sociais relevantes e como tal constituem uma modalidade de conhecimento que serve a apreensão, avaliação e explicação da realidade.

Produzido no cruzamento de diferentes ciências sociais, o conceito de representação social actualiza velhas tensões no binómio indivíduo-sociedade e é um produtor de novas tensões entre disciplinas que visam a apreensão da lógica de construção e funcionamento do pensamento social e, especificamente, no interior do universo conceptual da psicologia social dos processos cognitivos. Por outro lado, ainda que retomado há já vinte anos, este conceito permanece insuficientemente clarificado e a sua operacionalização com vista

* Professor auxiliar do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa.

à investigação empírica coloca ainda problemas complexos, o que não tem impedido o reconhecimento do seu valor heurístico e a realização de um número considerável de estudos.

Este texto não é uma revisão de literatura sobre o problema, mas tão só o resultado da sistematização de algumas questões que o nosso próprio trabalho empírico sobre as representações sociais nos tem suscitado. Após uma breve abordagem da génese interdisciplinar do conceito de representação social, situamo-lo no âmbito da psicologia social cognitiva, para depois formularmos algumas das modalidades psico-sociológicas de produção das representações sociais. Terminaremos com uma referência às orientações que reputamos mais significativas neste domínio de investigação.

1. GÉNESE E CONTEXTO DE UMA PROBLEMÁTICA

No artigo "Représentations individuelles et représentations collectives", Durkheim (1898) enuncia a necessidade do estudo das produções mentais colectivas, ao mesmo tempo que sublinha a irredutibilidade do pensamento colectivo e dos processos que o regem ao pensamento individual, e propõe a ligação dos conteúdos e da estrutura do pensamento colectivo às formas de organização social. Este problema será retomado de forma sistemática pela sociologia do conhecimento, disciplina que, como lembram Berger e Luckmann (1976), tem a sua raiz profunda na proposição de Marx segundo a qual a consciência do homem é determinada pelo seu ser social. A sociologia do conhecimento, termo proposto por Scheler na década de vinte, teve o mérito de abordar, através de diferentes percursos de diferentes autores, o pensamento social como um fenómeno de que é possível conhecer as condições de produção e de transformação: "na medida em que todo o conhecimento humano se desenvolve, se transmite e se mantém em situações sociais, a sociologia do conhecimento deve procurar compreender o processo pelo qual isto se realiza (...). Em outras palavras, defendemos o ponto de vista de que a sociologia do conhecimento diz respeito à análise da construção social da realidade" (Berger e Luckmann, 1976, pág. 14).

Dada a pertinência da análise dos modos de pensamento e sistemas de elaboração do real e da sua articulação com as práticas sociais, é hoje possível encontrar referências implícitas ou explícitas ao conceito de representação social em quase todas as ciências sociais (Jodelet, 1984). Sem pretendermos ser completos, sugerimos alguns exemplos. Em primeiro lugar ocorrem-nos as ligações com o estudo do simbólico e dos mitos por parte da antropologia. Nas sociedades com estruturas mais elementares, os mitos fixam as concepções da natureza e das relações sociais; asseguram uma função

mediadora entre o homem e o seu meio, permitindo-lhe orientar-se nele e controlá-lo. Enquanto construções mentais que exprimem o futuro e o passado desejados ou temidos, que falam das instituições e das relações sociais, os mitos poderão ser considerados, de alguma forma, organizações de representações⁽¹⁾. Por outro lado, quando a história das mentalidades é definida como "*l'étude des médiations et du rapport dialectique entre les conditions objectives de la vie des hommes et la façon dont ils se la racontent et même dont ils la vivent*" (Vovelle, 1982, pág. 17)⁽²⁾, propõe-se um objecto que se situa na convergência dos fenómenos que o conceito de representação social evoca. Indicador do posicionamento interdisciplinar das representações sociais é ainda a proximidade, recentemente analisada por Doise (1984), entre o conceito de *habitus* de Bourdieu (1972) e a reformulação proposta por Moscovici (1961) do conceito de representação colectiva de Durkheim.

Se o estudo dos processos de representação enquanto tais constitui um domínio de investigação tão velho como a psicologia, coube a Allport (1968) o mérito de propor uma aproximação entre as representações colectivas de Durkheim e a psicologia dos povos de Wundt. Segundo este autor seria necessário distinguir dois grandes domínios na psicologia - a psicologia fisiológica e experimental e a psicologia dos povos ou social (*Völkerpsychologie*). O objecto da psicologia dos povos seria nomeadamente o estudo das origens e das mudanças do pensamento social. Na perspectiva de Wundt, não somente a psicologia experimental não poderia dar conta dos processos superiores subjacentes ao pensamento, como o pensamento enquanto objecto de ciência seria um fenómeno de natureza colectiva, largamente associado à linguagem, às práticas sociais e aos mitos. Allport considera, aliás, que os problemas discutidos por Wundt na sua *Völkerpsychologie* são próximos daqueles que desde os anos cinquenta são estudados pela psicologia social sob a epígrafe de percepção ou cognição social.

As atitudes constituem um dos primeiros conceitos que os psicólogos sociais criaram para apreender de forma sistemática os processos através dos quais os actores sociais elaboram construções de natureza afectivo-cognitiva sobre os objectos sociais. Para além das atitudes, a psicologia social cognitiva, ao estudar a identidade, os estereótipos, as teorias implícitas de personalidade e a atribuição causal, tem abordado de forma desligada fenómenos que o conceito de representação social nomeia, e cuja articulação permite. Convém porém lembrar que a psicologia social cognitiva, tradicionalmente desenvolvida nos E.U.A., tem sobretudo recorrido a modelos explicativos de natureza intra-individual. O carácter redutor desta perspectiva tem sido largamente acentuado por diversos autores da nova psicologia social emergente na Europa. Por exemplo, Tajfel refere a este propósito: "*O individuo é, em última instância, a unidade de análise; reage aos outros e os outros reagem-lhe - mas para além disto nada acontece de novo. A conduta social consiste em uniformidades inter-individuais, resultado da adição das motivações e cogni-*

ções individuais" (Tajfel, 1982, pág. 42). Ora a própria gênese do conceito de representação social refere uma outra perspectiva de análise dos processos cognitivos: estes não são considerados como formas puras, ou simples produtos de natureza intra-individual; pelo contrário, são produtos da actividade concreta dos grupos sociais, da interacção e da comunicação social. Isto quer dizer que não se deverá empreender uma análise da vida mental, dos processos e dos conteúdos cognitivos, esquecendo a sua ligação com as culturas, as linguagens, as instituições, as dinâmicas dos grupos que cada indivíduo, enquanto efeito e agente, integra. Trata-se, finalmente, de retomar e aprofundar as perspectivas de Mead (1934-1963), Lewin (1951-1965) e Scherif (1969), autores que, embora através de propostas diferentes, sugeriram uma articulação entre o individual e o colectivo como via de acesso às explicações do pensamento dos indivíduos e dos grupos.

Uma outra característica do paradigma dominante na psicologia social cognitiva mais tradicional é a partilha de um modelo do homem enquanto processador de informação. A ideia segundo a qual o comportamento é regulado por mecanismos que escapam ao controlo dos indivíduos caracteriza dois dos grandes paradigmas da psicologia - o freudiano e o behaviourista. Para o primeiro, o comportamento é sobretudo um facto do inconsciente; para o segundo, o primado da determinação do comportamento cabe à situação. A psicologia cognitiva restituiu ao homem a capacidade de controlo sobre si mesmo e sobre as situações e representou o comportamento humano como acção estratégica, reflectida, dirigida para a prossecução de fins específicos. As concepções que acentuaram as dimensões não racionais da acção, sucedem-se os modelos que enfatizam o homem racional e processador de informação. Ao homem reflexo sucede o homem hermenêutico (Soczka, 1985). Ora a perspectiva de análise introduzida pelo conceito de representação social põe em evidência um outro modelo do homem: tanto quanto processador de informação ele é produtor de informação, de convenções e de símbolos. Esta nova perspectiva mostra ao mesmo tempo como a sociedade contribui para criar e gerir as cognições individuais e como os comportamentos são regulados por mecanismos de natureza sócio-cognitiva e sócio-emocional que importará apreender.

Como disciplina charneira, a psicologia social poderá contribuir para o trabalho teórico sobre o conceito de representação social, ele próprio um conceito charneira, mas o seu concurso não dispensa a psicologia, a sociologia, a antropologia e a história⁽³⁾. Mas uma vez que nos situamos no quadro da psicologia social, abordemos agora as ligações entre as representações sociais e o trabalho desenvolvido em psicologia social cognitiva.

2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PSICOLOGIA SOCIAL COGNITIVA

Será que o conceito de representação social apenas permite um olhar novo sobre velhos problemas da psicologia social cognitiva ou, como pretende Moscovici (1982), as representações sociais inauguraram uma nova era, um novo paradigma na psicologia social?

Um olhar novo sobre velhos problemas?

Durante os anos cinquenta e sessenta o problema da mudança das atitudes foi preponderante na investigação em psicologia social. Um conjunto de teorias, acompanhadas por experiências hoje clássicas, sugeriu que a procura do equilíbrio ou da coerência permitiria dar conta da dinâmica das atitudes. De acordo com esta hipótese, os indivíduos procurariam manter a coerência entre os elementos do seu universo cognitivo e entre estes e os seus comportamentos. É o caso da teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1957), da congruência de Osgood e Tannenbaum (1955) e do equilíbrio de Heider (1958). Qualquer destas teorias pressupõe a existência de mecanismos cognitivos produtores de uma relação coerente entre os elementos do universo cognitivo do indivíduo, ao mesmo tempo que sublinham o valor motivacional das tensões provocadas pelo desequilíbrio ou incoerência na procura de um novo equilíbrio. Mas esta procura do equilíbrio será intrínseca ao sistema cognitivo ou decorrerá de uma norma cultural? Actualizar-se-á igualmente em todas as situações ou é regulada pelas representações que os sujeitos constroem de si ou das situações? Vejamos dois exemplos da pertinência deste tipo de interrogações.

Partindo da teoria do equilíbrio de Heider, Flament e colaboradores retomaram numa série de experiências o chamado *biais* do equilíbrio. Segundo os resultados destas investigações, a produção de diferentes tipos de estruturas de relações entre pessoas não parece independente do facto de se pedir aos sujeitos que organizem relações hipotéticas entre indivíduos indiferenciados ou entre indivíduos que se reportam a uma estrutura hierárquica ou a grupos socialmente diferenciados (Flament, 1982), ou ainda entre indivíduos definidos através do lugar nas relações de produção (Pichevin e Poitou, 1974). Assim, Flament (1982) sugere que o *biais* do equilíbrio só se verificará quando se faz apelo, de modo implícito ou explícito, a uma representação social do grupo *igualitário e não diferenciado*. Por sua vez, Poitou (1974) ao proceder a uma revisão crítica das experiências sobre a dissonância cognitiva conclui ser dificilmente sustentável a hipótese de uma necessidade individual de coerência cognitiva, e sugere que os resultados obtidos nas experiências com base no paradigma da *submissão forçada* podem ser interpretados como

consequência de uma representação do sujeito enquanto livre, autónomo e responsável. Ou seja, onde se sublinhava o efeito de *esqueimas cognitivos* individuais, descobrimos, pelo menos em certas situações, o efeito de representações. E ainda que se considere que a procura do equilíbrio é um dos mecanismos de que dispõem os indivíduos para regular a sua apreensão do real, restará explicar como e quando deles se servem em diferentes contextos sociais.

O estudo dos processos de atribuição constitui outro dos domínios importantes na psicologia social cognitiva. A análise deste problema é aliás acompanhada por um declínio das perspectivas que consideravam o sujeito enquanto accionado por necessidades de equilíbrio ou coerência, e pela emergência de uma nova concepção do sujeito, já referida atrás, enquanto *cientista ingénuo* ou *processador de informação*. De uma forma muito geral, pode dizer-se que as diferentes teorias clássicas sobre a atribuição assumem que, em princípio, os indivíduos recolhem informação e organizam-na de uma forma lógica, por forma a produzirem atribuições e predições correctas sobre o seu comportamento e o dos outros (Taylor, 1981) ⁽⁴⁾. Mas, como observam Kelley e Michela (1980), a recolha e o tratamento da informação com vista à explicação do comportamento próprio ou dos outros são atravessados por factores de natureza motivacional ou pelas crenças dos sujeitos. Verifica-se, assim, que enviesamentos de diferentes ordens impedem que as atribuições do *cientista ingénuo* sejam lógicas e correctas.

A análise do processo de atribuição à luz das representações sociais introduz uma nova perspectiva na leitura deste problema. Consideremos em primeiro lugar o enviesamento a que se convencionou chamar *erro fundamental* (Ross, 1977): o erro cometido nas atribuições devido ao facto de os indivíduos subestimarem as pressões situacionais e sobreavaliarem o papel das variáveis pessoais ou disposicionais na explicação dos comportamentos. Moscovici (1982) sugere que relativamente a uma representação *pessoalista* do indivíduo, veiculada por uma ideologia que pode ser qualificada como *laissez-faire, capitalista ou individualista*, o erro fundamental não seria um erro, mas o resultado lógico, a dedução lógica de uma representação ou de uma teoria implícita sobre a natureza humana e a vida social ⁽⁵⁾.

Os estudos sobre a atribuição têm ainda evidenciado o chamado *enviesamento de positividade* (Sears, 1983), ou seja, tem-se constatado que os indivíduos tendem a fazer avaliações e a elaborar explicações favoráveis quer sobre o seu comportamento, quer sobre o comportamento dos outros. Neste sentido, uma acção positiva será associada a causas internas (pessoais), enquanto que uma acção negativa será interpretada como resultado de causas externas (pressões situacionais). Do nosso ponto de vista, também este outro enviesamento pode ser visto como decorrente da representação do sujeito veiculada pela ideologia liberal: o sujeito livre e responsável (ideia que fundamentaria o erro fundamental) é também um sujeito bom e racional (ideia que fundamentaria o enviesamento de positividade).

Se pensarmos agora nas concepções sobre o indivíduo decorrentes de visões do mundo de inspiração marxista, os resultados esperados num processo de atribuição devem ser outros: êxitos e fracassos, comportamentos positivos e negativos serão mais função de variáveis sociais do que *disposições individuais*. A ligação entre os processos de atribuição e *representação decorrentes* de sistemas ideológicos têm merecido *alguma evidência empírica* (por exemplo Pandey et al., 1982; Furnham, 1982, a e b; Vala, 1984, 1985).

Se as teorias clássicas sobre a atribuição (Heider, 1958; Kelley, 1967; Jones e Davis, 1965) têm sobretudo focado a lógica indutiva que lhe está subjacente, a consideração do papel das representações sociais na organização das atribuições sugere que se pense também a atribuição como um processo igualmente marcado por mecanismos de natureza dedutiva (Moscovici e Hewstone, 1984). Dito de outro modo, a psicologia social tem-se preocupado sobretudo com a forma como a informação é tratada e como as pessoas a partir daí fazem inferências, quando lhe importará estudar também como são socialmente edificados os sistemas de pensamento dos quais decorrem diferentes modalidades de apreensão e explicação do real.

Gostaríamos ainda de propor, com a brevidade que exige um texto deste tipo, a discussão de outro grande domínio de investigação em psicologia social cognitiva à luz das representações sociais. Trata-se das teorias implícitas de personalidade, objecto de estudo proposto por Bruner e Tagiuri (1954). Segundo estes autores, os indivíduos partilham teorias implícitas de personalidade que lhes permitem, a partir da observação de traços particulares, elaborar uma impressão geral acerca dos outros. Uma vez constatada a existência destas teorias implícitas (ex., Leyens, 1982 e 1985), que explicações têm sido oferecidas sobre a sua construção? Uma das explicações avançadas supõe que os indivíduos as constroem através do contacto e da observação do comportamento quotidiano dos outros. A plausibilidade desta hipótese é reduzida, como observa Paicheler (1984). Um outro tipo de explicação situa a origem das teorias implícitas sobre a pessoa nas modalidades de funcionamento cognitivo dos sujeitos. Elas seriam o produto da necessidade que temos de estabilizar, para prever e controlar, o meio ambiente e as reacções dos outros e seriam produzidas em obediência aos mecanismos que regem o processo de categorização (Leyens, 1985). Esta hipótese é talvez insuficiente. Ela não nos permite compreender, por exemplo, as mudanças na descrição da pessoa ideal, ou as diferenças a este propósito registadas em diversos grupos sociais, como verificou Maisonnewe (1979). Estas mudanças reflectem mudanças na ordem da estrutura social, reflectem novas necessidades sociais e não relevam portanto apenas de mecanismos de natureza intra-individual. Vejamos um outro exemplo. McGregor (1971) diagnosticou duas concepções antagónicas (duas teorias implícitas de personalidade) subjacentes aos sistemas de administração de empresas. A uma chamou teoria X, aquela que supõe ser o homem por natureza indolente, com falta de ambição, egocêntrico, resistente à mudança e dependente. A ou-

quadro de referência epistemológico e conceptual para o estudo do pensamento social e de delimitar novos problemas a estudar, Moscovici (1982) propõe ainda um novo enfoque metodológico, assente numa tripla perspectiva. Haverá que realizar uma deslocação do estudo das relações sujeito-objecto para o estudo dos elos interpessoais e sociais, para o estudo da comunicação e da interacção social. Haverá que pôr fim à separação entre processos e conteúdos, abandonando a concepção de que aqueles são gerais e invariantes e estes particulares e variáveis, ou de que aqueles são apreendíveis através de mecanismos de natureza intra-individual, e só os últimos reflectem mecanismos sociais. Finalmente, será necessário inverter o papel tradicionalmente conferido ao laboratório e à observação; e, por outro lado, estudar as representações em contextos sociais, comparando grupos, culturas, mentalidades e ideologias.

Resta mostrar se um tal projecto deverá envolver ou exige uma ruptura com a **tradição da psicologia social cognitiva**. Tal como atrás defendíamos o **curso das diferentes disciplinas sociais** para a apreensão do **fenómeno das representações sociais**, defendemos agora, no interior da sua abordagem psico-sociológica, um certo ecletismo, um certo pluralismo teórico, tão do agrado de Tajfel. O percurso da psicologia social europeia integra, aliás, vários exemplos de articulação de níveis de análise mais sociais e mais individuais (Doise, 1982). E o trabalho de Tajfel (1982) sobre as relações intergrupos é paradigmático da articulação psico-sociológica quer a nível teórico, quer a nível metodológico. A clarificação do conceito de **representação social** em psicologia social supõe, quanto a nós, a sua articulação com os paradigmas de investigação e as teorias de médio alcance em **psicologia social cognitiva**, a **construção de novas teorias de médio alcance**, a **adopção de uma sequência metodológica** que integre dinamicamente a **observação e a experimentação** e o diálogo com as outras ciências sociais. Particularmente heurística poderá revelar-se a articulação entre representações sociais, processos de atribuição, identidade e relações intergrupos (Hewstone e Jaspars, 1984; DiGiacomo, 1981; Vala, 1984).

3. SOBRE A NATUREZA PSICO-SOCIAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Centrar-nos-emos agora na análise de algumas das condições e processos subjacentes à formação e dinâmica das representações sociais. Focaremos depois as orientações que nos parecem dominantes neste domínio de investigação.

Produção das representações sociais

Logo no seu estudo sobre a representação social da psicanálise, Moscovici (1961) enuncia um certo número de hipóteses sobre as condições e os processos que afectam a formação e a dinâmica das representações sociais. De acordo com este autor são particularmente três as condições que afectam a formação das representações. 1) *A dispersão da informação* relativa aos objectos do nosso meio ambiente. Por um lado, há sempre um desfasamento entre a informação disponível e aquela que seria necessária para fundar a apropriação do objecto: a informação é geralmente insuficiente e ambígua; por outro lado, a informação distribui-se de forma desigual de grupo para grupo: o acesso dos indivíduos à informação não é aleatório, mas socialmente regulado. 2) *A focalização dos indivíduos e dos grupos em diferentes aspectos do meio, em diferentes objectos, em função dos seus interesses, posições sociais, códigos e valores.* 3) *A pressão para a inferência*, condição que refere a necessidade de dar resposta às solicitações do meio, de emitir opiniões, de fornecer juízos e explicações. Estas três condições revelam-nos já alguma coisa sobre o valor funcional das representações e o seu carácter social: a emergência das representações realiza-se na interacção social, serve a interacção social e é afectada pelos dinamismos sociais cujas lógicas regulam a focalização, a difusão da informação e as pressões para a inferência.

Relativamente à génese das representações sociais, Moscovici (1961, 1982, 1984) sublinha a intervenção de dois processos maiores: a *objectivação* e a *ancoragem*. Não se trata, como veremos, de dois processos sucessivos, mas concomitantes e inter-relacionados.

O processo de objectivação inclui dois momentos. O primeiro que vai do objecto à sua imagem, o segundo que vai desta à *naturalização* da realidade social. A primeira fase do processo de objectivação caracteriza-se pela *construção selectiva* e pela *esquematisação estruturante*, ou seja, pela reorganização dos aspectos retidos num *modelo figurativo* e simplificado do objecto⁽⁸⁾. Na representação da psicanálise, por exemplo, a libido é esquecida e os elementos retidos (inconsciente, recalçamento, consciente, complexo) organizam-se num esquema simplificado que exprime o conflito entre o consciente e o inconsciente e o complexo que daí resulta como o fundamental da *nova teoria*. A segunda fase do processo de objectivação é marcada pela *naturalização* do objecto. O que era abstracção torna-se realidade plena. No caso da representação da psicanálise, e como observa Herzlich (1972), os conceitos adquirem uma materialidade quase tangível. Diríamos que tal é revelador de como o pensamento social utiliza e se constrói através de formas estilizadas e concretas, através de expressões metafóricas.

O processo de *ancoragem* refere a integração do objecto representado no sistema de pensamento pré-existente e as transformações que daí decorrem quer no objecto, quer no sistema em que é integrado. Numa expressão de Moscovici (1984), ancorar é tornar o não-

-familiar em familiar, é transformar o estranho em conhecido. Este processo refere assim um fenómeno de atribuição de sentido, mas também o carácter instrumental da representação: "*Si l'objectivation explique comment les éléments représentés d'une théorie s'intègrent en tant que termes de la réalité sociale, l'ancrage permet de comprendre la façon dont ils contribuent à exprimer et à constituer les rapports sociaux*" (Moscovici, 1961, pág. 318).

Ao leitor familiarizado com a psicologia social cognitiva, facilmente ocorrerá a ligação entre os processos de objectivação e ancoragem e o processo de categorização. Esta ligação é aliás proposta pelo próprio Moscovici (1981, 1982, 1984), e tem sido desenvolvida por um certo número de autores (DiGiacomo, 1981; Leyens, 1985; Marques, 1983). Cremos que o aprofundamento desta ligação tornará mais clara a análise, do ponto de vista psico-sociológico, da formação e da dinâmica de uma representação social. De facto, graças aos trabalhos pioneiros de Bruner (1958), a psicologia social tem desenvolvido um estudo sistemático sobre os processos de categorização; e graças aos trabalhos de Tajfel (p. ex. 1982) conhecem-se hoje um certo número de mecanismos socio-cognitivos da categorização social. Face ao enorme fluxo de informações e à ambiguidade do meio ambiente, os indivíduos sistematizam os objectos através de uma estrutura semântica hierarquizada em categorias. No caso das categorias sociais, Tajfel sublinha o papel dos valores e da cultura na sua elaboração, bem como na atribuição de uma categoria a um indivíduo, grupo ou acontecimento social. Por outro lado, as categorias encontram-se organizadas entre si e é a rede de relações que estabelecem os atributos que as caracterizam e distinguem que permitem a atribuição de sentido aos objectos sociais e que as tornam instrumentais, constituindo-as como um sistema de avaliação e explicação da realidade social. É assim provável conceber a representação como uma manifestação do processo de categorização: a elaboração de uma representação reflecte o sistema de categorias disponível num grupo (é o sistema de categorias pré-existente que orienta a avaliação, a construção selectiva e a esquematização do objecto, tornando conhecido o desconhecido), ao mesmo tempo que é geradora de transformações nesse sistema de categorias (uma vez construída, a representação oferece novas categorias e novas relações entre categorias, vistas como um reflexo objectivo do próprio real).

Ao estudar a génese da representação da psicanálise, Moscovici (1961) formulou a hipótese de que a atitude, que exprime a orientação global de uma representação social, é a sua dimensão geneticamente primeira: "*l'on s'informe et l'on se représente quelque chose uniquement après avoir pris position et en fonction de la position prise*" (Moscovici, 1969, p.72), ou - "*au lieu que l'enchaînement logique coincide avec l'orientation et la détermine, c'est cette orientation qui détermine l'enchaînement logique*" (Moscovici, 1961, pág. 371). Ou seja, a informação relativa ao objecto representado, a organização desta informação, bem como a argumentação e as expli-

cações decorrentes de uma representação, estariam subordinadas aos planos avaliativos e emocionais. O primado dos processos emocionais sobre os processos cognitivos é ainda hoje objecto de polémica (Forgas, 1981; Zajonc, 1980). Provavelmente mais produtivo do que a discussão sobre o primado do nível emocional ou do nível cognitivo, será considerar que as representações se constituem como construções que obedecem a um certo número de mecanismos cognitivos e afectivos básicos e a mecanismos sócio-cognitivos e sócio-afectivos que evidenciam a especificidade dos diferentes grupos ou de diferentes sociedades⁽⁹⁾.

As funções das representações sociais

Ao interrogarmo-nos sobre os processos que estão na base da produção das representações sociais, abrimos o caminho à análise de um outro problema - o das funções das representações.

Referimos que as representações realizam uma função de organização significativa do real. Mas esta função não é independente das funções de explicação, de orientação dos comportamentos, de diferenciação inter-grupal e de criação de identidade social. Este conjunto de funções das representações evidencia a forma como elas se edificam nas relações sociais ao mesmo tempo que contribuem para a sua organização. Ilustremos, através de exemplos recolhidos em investigações empíricas, estas diferentes funções das representações sociais.

Vejamos em primeiro lugar a função de organização significativa do real. Num estudo que realizámos sobre representação da criança nos manuais do ensino primário português adoptados em 1971 (Vala, 1978), constatámos como os elementos constitutivos desta representação se organizam de forma a produzir um símbolo social, uma expressão de valores e de modelos pessoais e colectivos. Na Figura 2 apresenta-se a organização dos principais temas que constituem a representação da criança estudada:

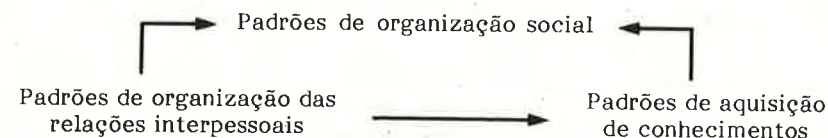


Fig. 2
Organização dos elementos constitutivos da representação da criança (Vala, 1978)

No esquema apresentado não se fala da criança mas dos conteúdos que ela simboliza. A criança, ausente como tal, está presente como expressão de padrões de organização social, de modelos de comportamento interpessoal e de um certo tipo de saber. O quadro

de organização social de que se fala, a sociedade rural, está associada a modelos de comportamento interpessoal que nele se inspiram e o reproduzem. O saber de que se fala refere-se à vida rural e depende de uma moral das relações interpessoais que fixam as condições de aprendizagem. A representação da criança veicula assim um modelo do homem e da sociedade. Se esta organização da representação da criança foi estabelecida a partir de uma análise qualitativa, o recurso a modelos formais para detecção da organização estrutural dos elementos (informações, opiniões, crenças, atitudes) de uma representação tem-se revelado produtivo (Flament, 1981; Di Giacomo, 1981 b).

Recorrendo às técnicas de *análise multivariada*, isolámos num outro trabalho (Vala, 1981) três dimensões que estruturam a representação social da violência: violência concreta, física e directa versus uma conceptualização abstracta e mediata; violência sócio-estrutural sofrida versus violência sócio-estrutural exercida (opressão); violência individual versus violência colectiva. Os diferentes grupos questionados valorizam diferentemente cada uma destas dimensões: a primeira dimensão é sobretudo valorizada pelos grupos definidos como de cultura maioritária; a segunda pelos grupos dominados; os quadros são o grupo que discrimina mais a terceira dimensão. Detenhamo-nos sobre as duas primeiras dimensões da representação de violência. Como referimos já, a primeira refere dois níveis de conceptualização da violência (mediata e concreta versus imediata), mas parece-nos relevante observar que o tipo de violência concreta evocada se reporta a um quadro de referência jurídico-penal. A cultura maioritária não ignora a violência, mas as significações que lhe reconhece referem ou comportamentos que lhe são exteriores, enquanto acção de indivíduos desviados, ou abstracções cuja enunciação não implica a referência a um sujeito e a um objecto. A ausência nesta dimensão do vocabulário relativo às instituições sociais ou a formas de violência sócio-estrutural é, quanto a nós, significativa. Quanto à segunda dimensão, ela evidencia uma significação da violência que denota uma representação da realidade existencial dos próprios sujeitos dominados, ao dicotomizar a violência em agida (a que subjaz a imagem de um *alter* opressor) e sofrida (a que subjaz a imagem de um *ego* dominado).

Vejamos agora a segunda função das representações: enquanto modos de conhecimento ou teorias, as representações desempenham uma função de explicação e de argumentação. Já Piaget (1926-1976) ao analisar a representação do mundo na criança distinguia e ligava dois aspectos essenciais do problema - os planos da realidade na qual se move o pensamento infantil e os da causalidade. Segundo Moscovici e Hewstone (1984) o que caracteriza o modo de funcionamento de uma representação é a transformação quase automática da descrição em explicação. É neste sentido que as atribuições sociais não podem ser vistas simplesmente como o produto de uma lógica de recolha e tratamento da informação, mas como o resultado de teorias implícitas sobre um problema. Vejamos um exemplo. Numa in-

vestigação de Herzlich (1969), a autora analisou as dimensões da significação dos conceitos de saúde e doença e as suas relações. As categorias que permitem a apreensão da saúde e da doença são também categorias explicativas: o interno/o externo; o são/o doente; o natural/o artificial; o indivíduo/a sociedade. A doença é exógena, externa, associada ao não-natural e à sociedade. A saúde é endógena ao homem. Mais concretamente, é o modo de vida, a invasão do natural por factores urbanos que engendram o processo de desenvolvimento do indivíduo doente.

Uma outra função das representações é a da diferenciação social. Se a especificidade da situação de cada grupo social contribui para a especificidade das suas representações, a especificidade das representações contribui, por sua vez, para a diferenciação dos grupos e responde à sua procura de uma identidade positiva. Uma investigação de DiGiacomo (1980) ilustra claramente esta outra função das representações. No decorrer de um movimento reivindicativo de estudantes da Universidade de Louvain, o autor comparou as representações que aqueles faziam de si mesmos e aquela que haviam construído do comité que dirigia o movimento. Os resultados desta investigação revelaram o carácter bipolar destas duas representações. Os estudantes diferenciavam-se do comité, do contexto social e político que este evocava e das identificações que lhes propunha. Era em oposição ao conjunto de referentes que o comité dirigente simbolizava que os estudantes procuravam a sua identidade, e era esta procura de identidade que orientava os seus comportamentos colectivos. Segundo o próprio autor, a adesão ao movimento e ao seu comité dirigente significava para os estudantes o abandono do seu próprio grupo, o que não é pensável senão na medida em que tal significasse o reforço de aspectos positivos da sua identidade social (ver Tajfel, 1972 ou 1982). As representações recolhidas mostravam que tal não era o caso. Pelo contrário, estava-se em presença de dois projectos de inserção social bem diferentes. A categorização do comité como grupo dos outros (*outgroup*) era inevitável.

A investigação que acabamos de referir faz parte de um conjunto de estudos do seu autor sobre as representações sociais e os comportamentos colectivos (DiGiacomo, 1981). Este problema refere a quarta função das representações - o seu papel na organização dos comportamentos e das comunicações. Um certo número de investigações experimentais foram realizadas sobre esta questão (Abric, 1984 a; Plon, 1968; Codol, 1972). Genericamente, este tipo de estudos assenta em jogos experimentais, a partir do dilema do prisioneiro, e procura verificar em que medida a representação da tarefa e/ou da situação em que decorre a interacção determinam o tipo da estratégia comportamental adoptada pelos sujeitos. De uma forma geral, as hipóteses formuladas pelos autores são confirmadas. Indirectamente, outros tipos de investigação apoiam a fundamentação da hipótese de uma articulação entre as representações e os comportamentos. Vejamos alguns exemplos. Os resultados das experiências de Lerner (por ex. Lerner e Simons, 1966) sobre as reacções

dos sujeitos relativamente a uma vítima inocente são interpretados à luz da teoria implícita do mundo justo, ou seja, da ideia de que recompensas e punições, êxitos e fracassos não são frutos do acaso, pelo contrário, cada um tem aquilo que merece. Da mesma forma, nas experiências de Milgram (1974) sobre a obediência é a crença no valor absoluto e na utilidade da ciência que nos pode ajudar a explicar os resultados obtidos. Orne (1962) e Rosenthal (1964) chamaram, aliás, a atenção para o papel que desempenham nos resultados dos estudos experimentais as representações que os sujeitos constroem das situações e do experimentador. De qualquer forma, a ligação entre as representações sociais e os comportamentos está ainda longe de uma abordagem sistemática e de explicações sem ambiguidades.

Perspectivas e orientação na abordagem psico-sociológica das representações sociais

Organizadas segundo modalidades de funcionamento do nosso sistema cognitivo, as representações são sociais, não pela sua extensão, mas porque emergem num dado contexto social; porque são elaboradas a partir de quadros de apreensão que fornecem os valores, as ideologias e os sistemas de categorização social partilhados pelos diferentes grupos sociais; porque se constituem e circulam através da comunicação social; e porque reflectem as relações sociais ao mesmo tempo que contribuem para a sua produção.

Dos diferentes estudos empíricos sobre as representações sociais é possível inventariar um certo número de perspectivas, algumas das quais ainda insuficientemente desenvolvidas, através das quais os seus mecanismos de produção e as suas funções têm sido apreendidos. Sem procurarmos ser exaustivos, quer na inventariação dessas perspectivas quer nos estudos empíricos em que se manifestam, apresentamos sucintamente uma hipótese da sua sistematização⁽¹⁰⁾.

1) Segundo Codol (1984) os mecanismos geradores de uma representação social "*can only be understood in a dual and doubtless highly complex way which involves, on the one hand, both intergroup and interpersonal relationships and, on the other hand, the more specific cognitive mechanisms whereby individuals first perceive and then reinspect reality*" (Codol, 1984, p. 241). Podemos dizer que são os investigadores da Universidade de Aix-en-Provence, grupo em que se situa o autor que acabamos de citar, aqueles que mais se têm dedicado à análise dos processos especificamente cognitivos das representações sociais. Através de estudos de orientação experimental, têm sido abordadas as formas de organização estrutural das representações (Codol, 1984; Flament, 1982; Abric, 1984 b) e as relações entre as representações e os comportamentos (estudos a que

já nos referimos). Codol (1972) tem-se sobretudo preocupado com as relações que se estabelecem entre os diferentes elementos de uma representação, relações essas que parecem obedecer a um princípio de coerência cognitiva. Quanto a Abric (1984 b), as representações organizam-se em torno de um *nó central*, a que estariam associados elementos periféricos. Será por referência a esse *nó central* que os outros elementos do campo representacional são interpretados, ponderados e avaliados positiva ou negativamente. Sendo assim, a análise de uma representação social deverá procurar antes de mais a identificação do seu *nó central*, tarefa a que o autor se tem dedicado, com êxito relativo, através do recurso à análise de semelhanças (Flament et al., 1971).

2) Contrariamente aos estudos tradicionais sobre as opiniões e as atitudes que partem de uma perspectiva diferencial e segmentam os indivíduos em função de variáveis de estratificação como o sexo, a profissão, o nível de escolaridade, etc., uma das perspectivas de análise das representações sociais parte do estudo de grupos cujo posicionamento social envolve uma relação particular com o objecto de representação. Considera-se que da posição social desses grupos, dos valores e práticas que lhe estão associados e da sua relação particular com o objecto da representação, decorrem formas específicas de produção de significado sobre esse mesmo objecto (por ex., Plon, 1972; Vala, 1981). É este o ponto de vista subjacente ao estudo sobre a representação social da justiça realizado por Rodrigues, Marques e Sousa (1985): os autores interrogaram um certo número de grupos (por exemplo magistrados, membros de corporações policiais, reclusos, etc.) cuja posição social e institucional é, como verificaram, geradora de apreensões diferentes do conceito de justiça. Igualmente, nós próprios (Vala, 1981), no estudo sobre a representação social da violência já citado, seleccionámos os grupos estudados em função de dois critérios: um critério de *inserção cultural* (distinguindo grupos de *cultura maioritária* e grupos de *culturas minoritárias*); e um critério de *posição estatutária* (onde se opôs grupos formalmente desprovidos de poder, ou dominados, num dado quadro organizacional, e grupos investidos de poder ou dominantes). Os resultados obtidos mostram a pertinência destes critérios.

3) Apesar dos resultados interessantes oferecidos pela perspectiva anteriormente referida, ela depara com algumas dificuldades (Vala, 1981) e apresenta insuficiências. Estas insuficiências relevam do facto de não se associar a produção das representações ao jogo das relações inter-grupos, antes se considerando cada grupo de per si. Ora, na sequência dos trabalhos de Tajfel (1982), alguns autores (p. ex., DiGiacomo, 1981; Doise, 1973; Marques, 1983) têm mostrado que é precisamente a natureza das relações desenvolvidas entre os grupos que estrutura as suas representações, ao mesmo tempo que estas se tornam justificadoras e antecipadoras dessas mesmas relações. A fundamentação desta hipótese é possível ainda de ser encontrada, por exemplo, no estudo de DiGiacomo (1981) sobre a representação da identidade dos valões, bem como no estudo de Doise e

Weinberger (1972) ou no de Amancio (1985) sobre as representações do masculino e do feminino, bem como ainda nos estudos de Palmomari et al. (1984) e Vala (1985) sobre a identidade psico-social dos jovens, ou nos estudos de Mugny (1984) sobre a influência social e as relações entre grupos majoritários e minoritários. A teoria de Tajfel sobre as relações inter-grupos e a identidade é pois susceptível de ajudar à compreensão da produção e dinâmica das representações sociais.

4) Noutros estudos procurou-se uma articulação entre as ideologias e as representações sociais. Reconhecemos, contudo, que a relação teórica entre os dois conceitos permanece insuficientemente estudada, apesar das referências que tem merecido (Kaes, 1968; Poitou, 1978; Doise, 1984). Segundo Doise, "*par rapport à des systèmes idéologiques, les représentations sociales doivent être étudiées comme des sous-systèmes ayant cependant un fonctionnement que leur est propre et que les fait également fonctionner dans d'autres champs ou systèmes*" (Doise, 1984, p. 14). Neste sentido, haverá que reconhecer a autonomia de cada um dos sistemas e simultaneamente procurar articulá-los. Ilustrações empíricas desta articulação encontram-se no estudo de Moscovici (1961) sobre a representação da psicanálise, no estudo de Poitou (1978) sobre a dinâmica dos grupos e nos nossos estudos (Vala, 1984) sobre a representação social da violência.

5) A par do inquérito que realizou com vista à análise da representação da psicanálise, Moscovici procedeu também a uma análise de conteúdo da imprensa francesa. O objectivo do autor era estudar a forma como diferentes sistemas de comunicação reconstruem a doutrina psicanalítica e não o seu impacto nos discursos colectivos sobre a psicanálise. Mas o papel dos M.C.S. como reprodutores, geradores e agentes de transformação das representações sociais é hoje reconhecido. Moscovici e Hewstone (1984) chamam a atenção para a acção dos M.C.S. na economia do *sábio amador*. Este *sábio amador* somos todos nós, homens ávidos de conhecer. Não é possível ignorar o papel de séries televisivas como "O corpo humano", "Cosmos" ou "O planeta vivo" nas representações que hoje circulam acerca destes objectos. Os estudos sobre os efeitos dos M.C.S. (11), têm sublinhado o papel dos mass-media na organização das atitudes e representações das audiências acerca dos mais variados aspectos da vida social. Porém, é ainda reduzida a investigação empírica sobre o papel dos M.C.S. na re-elaboração das teorias científicas, na sua *reciclagem* por forma a poderem servir a nossa vida quotidiana.

6) Se a "*reciclagem da ciência enquanto senso comum*" (Moscovici e Hewstone, 1984, p. 550) poderá vir a constituir uma das áreas privilegiadas no campo do estudo sobre as representações sociais, a forma como as representações ou teorias do senso comum atravessam as teorias científicas ou por estas são recicladas não é menos importante. Por exemplo, conhecemos a importância que as teorias da personalidade têm assumido em psicologia, e sabemos como a procura dum certo número de traços próprios e característicos do

indivíduo é importante no diagnóstico psicológico. Ora estudos recentes apresentam a personalidade como uma ilusão de estabilidade e mostram como a organização de traços psicológicos postulada pelas teorias de personalidade corresponde àquela que subjaz às teorias implícitas que o senso comum desenvolve sobre a natureza humana e o funcionamento de indivíduos particulares (Leyens, 1985). Também num estudo realizado por Vala et al. (1985) sobre a organização das explicações do senso comum acerca da violência interpessoal, os autores reencontraram os factores estudados pelas teorias clássicas sobre a agressão. Por sua vez Déconchy (1984), partindo da hipótese de que a crença segundo a qual o homem é mais do que um produto natural gera uma resistência ao estudo dos fenómenos humanos por via experimental e causal, pôde constatar que um mesmo conhecimento apresentado como produzido através do método experimental ou através da observação natural, era melhor aceite no segundo caso do que no primeiro. As resistências ao método experimental provêm de referências epistemológicas ou da convicção de que há uma não-pertinência radical entre o que é o homem e a utilização da metodologia experimental? Estudar o percurso que vai de uma teoria científica à sua transformação em senso-comum, e as formas através das quais o senso-comum é reciclado em moldes ditos científicos, eis outro tipo de problemas recentemente abertos ao estudo das representações sociais.

7) Uma outra preocupação teórica no estudo das representações sociais está ligada à análise da sua mudança. A primeira ideia que é importante tomar em conta no estudo deste problema é a de que as representações sociais ancoram em configurações e modelos culturais aos quais se encontra por isso associada a sua dinâmica. É neste sentido que Chombart de Lauwe (1971) pode verificar que o pensamento social sobre a criança se constitui como contraponto a *este mundo* e simboliza um *outro mundo*, simboliza os paraísos perdidos de cada tempo histórico e de cada grupo social. As mudanças na representação da criança encontrar-se-ão assim associadas a alterações estruturais no imaginário social. Jodelet (1976) ocupou-se especificamente da mudança na representação do corpo. Para isso comparou entrevistas em profundidade realizadas com 15 anos de intervalo (1960-1975), em dois tempos que correspondem a dois momentos históricos distintos do ponto de vista da ideologia, do consumo e das práticas corporais. Partindo de duas das modalidades de apreensão do corpo, o *vívido* e o *pensado*, a autora encontrou um certo número de transformações. Ao nível do *vívido*, operou-se uma extensão da consciência corporal, a prevalência do corpo-prazer sobre o corpo mórbido e o declínio da introspecção orgânica em favor de uma orientação para o meio natural e social. Ao nível do corpo *pensado* verifica-se uma diminuição do interesse por uma análise biológica do corpo e um apelo crescente às ciências humanas, permitindo uma leitura do corpo como lugar psicológico e objecto social. Refira-se ainda outro exemplo. Maisonneuve (1979) realizou um estudo sobre o ideal de pessoa simpática, reportando-se a dados recolhidos

em 1957 e 1977. De 1957 para 1977, assiste-se a uma progressão na valorização de traços relacionais e relativos à felicidade individual. Estas alterações são porém mais evidentes no caso das profissões liberais e nos grupos com formação universitária do que nos operários e nos agricultores.

Os exemplos referidos sugerem que não devemos confundir mudanças nas representações com mudanças nas idiosincrasias individuais (Kelly, 1955); nem com focalizações acidentais dos indivíduos em dimensões particulares do objecto de representação. Do nosso ponto de vista, as mudanças nas representações sociais estão associadas a alterações sociais relevantes ou mais particularmente a alterações na dinâmica das relações inter-grupos. Esta posição não obsta, porém, a que se problematize e avalie empiricamente a relação entre as representações que os sujeitos enunciam em contextos em que as pressões situacionais são mínimas e aquelas que enunciam em contextos onde estas se encontram maximizadas - a relação entre representações sociais e situacionais está por estudar. Por outro lado, e nesta mesma linha, importará explorar a hipótese de que as representações são regidas por um pragmatismo adaptativo. Quer dizer, envolvem uma complexidade de elementos, por vezes até antagónicos, que permitem aos sujeitos não se sentirem desprovidos de capacidade de organização e explicação do real. Veja-se a este propósito o que atrás se disse sobre as representações pessoalistas ou liberais sobre o homem, ou pense-se na diversidade aparentemente desconexa dos ditados populares acerca da natureza humana.

8) Ainda do ponto de vista diacrónico, alguns autores têm procurado estudar as representações numa perspectiva do desenvolvimento sócio-cognitivo (Monteiro, 1984; De Rosa, 1985). Na sequência da perspectiva aberta por Piaget (1932, 1945-1964), estes autores estudam as representações em interligação com os processos de desenvolvimento cognitivo e moral, perguntando-se em que medida as etapas de desenvolvimento e os processos de socialização se repercutem sobre modalidades próprias de representação de um objecto social. É neste contexto que Monteiro (1984) estudou a representação social da violência, verificando que enquanto as crianças de dez anos se referem à violência a partir da distinção dicotómica agressão física *versus* agressão não-física, os adolescentes integram já, na representação deste objecto social, uma outra dimensão - a violência institucional. O desenvolvimento da investigação deste outro tópico poderá provavelmente contribuir para a compreensão dos mecanismos de natureza estritamente cognitiva subjacente à produção das representações sociais.

4. CONCLUSÕES

O conceito de representação social não reveste ainda um sentimento unívoco e deve, aliás como qualquer produto teórico, ser

submetido a novas reformulações e ser introduzido numa construção teórica que possa dar conta da génese e das transformações das representações. O carácter heurístico deste conceito parece, no entanto, não ser posto em causa. E alguns avanços recentes na sua análise empírica fazem-nos pensar que a investigação em psicologia social a ele recorrerá mais frequentemente.

Afigura-se-nos neste momento que o quadro teórico necessário à abordagem psico-sociológica das representações sociais poderá ser construído a partir das teorias sobre a categorização social, sobre os processos de atribuição e sobre as relações inter-grupos. Esta estratégia poderá conduzir à formulação de novas teorias de médio alcance, capazes de oferecer uma clara identificação de conceitos e de hipóteses teóricas e de permitir a fecundidade de uma confrontação progressiva entre os enunciados teóricos e os dados empíricos. Do ponto de vista metodológico, e como referimos, haverá que adoptar uma sequência metodológica que integre dinamicamente a observação e a experimentação, nomeadamente a experimentação em meio natural. Contudo, o trabalho teórico sobre o senso comum e o pensamento social implica a abertura a espaços conceptuais que estão para além e aquém da psicologia social. A adopção deste ponto de vista implica que a investigação sobre as representações sociais se construa num constante vai e vem entre níveis de análise e num constante diálogo interdisciplinar.

Finalmente, observe-se que a introdução do conceito de representação social no vocabulário da psicologia social acompanhou e reforçou o movimento para uma psicologia social *mais social*, e no interior da psicologia social cognitiva contribuiu para solidificar as orientações teóricas e metodológicas que subjazem à passagem do estudo da *percepção social* para o estudo do *pensamento social*.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. P. (1984 a) - A theoretical and experimental approach to the study of social representations in a situation of interaction. In M. Farr e S. Moscovici (Edts), *Social Representations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ABRIC, J. P. (1984 b) - L'artisan et l'artisanat: analyse du contenu et de la structure d'une représentation sociale, *Bulletin de Psychologie*, 37: 861-875.
- ALLPORT, G. W. (1968) - The historical background of modern social psychology. In G. Lindzey e E. Aronson (Edts), *The Handbook of Social Psychology* (vol. 1), Reading, Addison-Wesley.
- ALLPORT, G. W. e POSTMAN, L. (1945-1970) - Les bases psychologiques des rumeurs. In A. Levy (Ed.), *Psychologie Sociale*, Paris, Dunod.
- AMANCIO, L. (1985) - *Estereótipos e identidade psico-social das mulheres trabalhadoras*, comunicação apresentada no colóquio "A Mulher na Sociedade Portuguesa", Centro de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra.

- BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. (1976) - *A construção social da realidade*, Petrópolis, Editora Vozes.
- BOULDING, K. (1956) - *The image*, Ann Arbor, Univ. of Michigan Press.
- BOURDIEU, P. (1972) - *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Paris, Droz.
- BRUNER, J. S. e TAGIURI, R. (1954) - The perception of people. In G. Lindzey (Ed.), *Handbook of Social Psychology* (vol. 2), Cambridge, Addison-Wesley.
- CHOMBART DE LAUWE, M. J. (1971) - *Un monde autre, l'enfance*, Paris, Payot.
- CODOL, J. P. (1972) - *Représentations et comportements dans les groupes restreints*, Univ. d'Aix-en-Provence.
- CODOL, J. P. (1984) - On the system of representations in an artificial social situation. In M. Farr e S. Moscovici (Edts), *Social Representations*, Cambridge, Cambridge Univ. Press.
- DÉCONCHY, J. P. (1984) - La résistance à la validation expérimentale d'une connaissance portant sur les comportements "idéologiques", *Archives des Sciences Sociales des Religions*, 58: 117-138.
- DEROSA, A. (1985) - Psychogenetics aspects in social representations. In S. Ayestarau (Ed), *Psicosociologia de la enfermedad mental*, San Sebastian, Universidad del País Vasco.
- DI GIACOMO, J. P. (1980) - Intergroup alliances and rejections within a protest movement: analysis of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 10: 329-344.
- DI GIACOMO, J. P. (1981 a) - *Représentations sociales et comportements collectifs*. Tese de doutoramento, Univ. Cat. de Louvain.
- DI GIACOMO, J. P. (1981 b) - Aspects méthodologiques de l'analyse des représentations sociales, *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 1: 423-437.
- DESCHAMPS, J. C. (1977) - L'attribution et la catégorisation sociale, Berne, Peter Lang.
- DOISE, W. et WEINBERGER, M. (1972) - Représentations masculines dans différentes situations de rencontres mixtes, *Bulletin de Psychologie*, 24: 649-657.
- DOISE, W. (1973) - Relations et représentations inter groupes. In S. Moscovici (Ed), *Introduction à la psychologie sociale*, vol. 2, Paris, Larousse.
- DOISE, W. (1982) - *L'explication en psychologie sociale*, Paris, PUF.
- DOISE, W. (1984) - *Les représentations sociales: définition d'un concept*, texto não publicado, Univ. de Genève.
- DURKHEIM E. (1898) - Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et Morale*, 6: 273-302.
- FARR, R. M. (1984) - Les représentations sociales. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie Sociale*, Paris, PUF.
- FESTINGER, L. (1957) - A theory of cognitive dissonance, Evanston, Row.
- FLAMENT, L. (1981) - Sur le pluralisme méthodologique dans l'étude des représentations sociales, *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 1: 423-427.
- FLAMENT, L. (1982) - Du biais de l'équilibre structurelle à la représentation du groupe. In J. P. Codol e J. Ph. Leyens (Eds.), *Cognitive Analysis of Social Behavior*, Hague, Martinus Nijhoff Pub.
- FLAMENT, C., DEGENNE, A., VERGES, P. (1971) - *Similarity analysis*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme.
- FORGAS, J. P. (1981) - Affective and emotional influences on episode representations. In J. P. Forgas (Ed.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding*, London, Academic Press.
- FURNHAM, A. (1982 a) - Explanations for unemployment in Britain, *European Journal of Social Psychology*, 12: 335-352.
- FURNHAM, A. (1982 b) - Why are the poor always with us? Explanations for poverty in Britain, *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 20: 311-382.
- HEIDER, F. (1958) - *The psychology of interpersonal relations*, New York, Wiley.
- HERZLICH, C. (1969) - *Santé et maladie, analyse d'une représentation sociale*, Hague, Mouton.
- HERZLICH, C. (1972) - La représentation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale*, vol. 1, Paris, Larousse.
- HEWSTONE, M. e JASPARS, J. (1984) - Social dimensions of attribution. In H. Tajfel (Ed.), *The Social Dimension*, Cambridge, Cambridge University Press.
- JAHODA, G. (1984) - The development of thinking about socio-economic systems. In H. Tajfel (Ed.), *The Social Dimension*, Cambridge, Cambridge University Press.
- JODELET, D. (1976) - *La représentation du corps*, Paris, CORDES.
- JODELET, D. (1984) - Réflexions sur le traitement de la notion de représentation sociale en psychologie sociale, *Communication-Information*, 6: 15-41.
- JONES, E. e DAVIS, E. (1965) - From acts to dispositions: the attribution process in person perception. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, vol. 2, New York, Academic Press.
- KAES, R. (1968) - *Images de la culture chez les ouvriers français*, Paris, Cujas.
- KELLEY, H. (1967) - Attribution theory in social psychology. In D. Levine (Ed.), *Nebraska symposium on motivation*, Lincoln, Univ. of Nebraska Press.
- KELLEY, H. e MICHELA, J. (1980) - Attribution theory and research. In P. H. Mussen e M. R. Rosenzweig (Eds.), *Annual Review of Psychology*, 31: 457-502.
- KELLY, G. A. (1955) - *The psychology of personal constructs*, New York, Norton.
- LENER, M. J. e SIMMONS, C. H. (1966) - Observer's reaction to the "innocent victim": compassion or rejection?, *Journal of Personality and Social Psychology*, 4: 203-210.
- LEWIN, K. (1951-1965) - *A teoria de campo nas ciências sociais*, Rio de Janeiro, Biblioteca Pioneira.
- LEYENS, J. Ph. (1982) - Implications des théories implicites de personnalité pour le diagnostic psychologique. In J. P. Codol e J. Ph. Leyens, Eds., *Cognitive Analysis of Social Behavior*, Hague, Martinus Nijhoff Pub.
- LEYENS, P. Ph. (1985) - *Teorias da personalidade na dinâmica social*, Lisboa, Verbo.
- MAISONNEUVE, J. (1979) - *Recherches diachroniques sur une représentation sociale*, Paris, CNRS.
- MARQUES, J. (1983) - Das estruturas cognitivas às representações sociais, *Psicologia*, 4: 239-250.
- MARQUES, J. e SOUSA, E. (1982) - Teoria da atribuição: para uma análise do "senso comum", *Psicologia*, 3: 239-250.
- MARTINS, J. O. (1922) - *Sistema dos Mitos Religiosos*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira.
- MCGREGOR, D. (1971) - O lado humano da empresa. In Y. Balcão e L. Cordeiro (Eds.), *O comportamento humano na empresa*, Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas.
- MEAD, G. H. (1934-1963) - *L'esprit, le soi et la société*, Paris, Puf.
- MILGRAM, S. (1974) - *Soumission à l'autorité*, Paris, Calmann-Lévy.
- MONTEIRO, M. B. (1984) - *La construction sociale de la violence - Approche cognitive et développementale*, tese de doutoramento, Univ. Cat. de Louvain.
- MOSCOVICI, S. (1961) - *La psychanalyse, son image et son public*, Paris, PUF.
- MOSCOVICI, S. (1969) - Préface. In C. Herzlich, *Santé et Maladie*, Hague, Mouton.
- MOSCOVICI, S. (1981) - On social representations. In J. P. Forgas (Ed.), *Social Cognition*, London, Academic Press.
- MOSCOVICI, S. (1982) - The coming era of representations. In J. P. Codol e J. Ph. Leyens (Eds.), *Cognitive analysis of social behavior*, Hague, Martinus Nijhoff Pub.
- MOSCOVICI, S. (1984) - The phenomenon of social representations. In M. Farr e S. Moscovici (Eds.), *Social representations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MOSCOVICI, S. e HEWSTONE, M. (1984) - De la science au sens commun. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie Sociale*, Paris, PUF.
- MUGNY, G. (1984) - The influence of minorities: ten years later. In H. Tajfel (Ed.), *The social dimension*, Cambridge, Cambridge University Press.

- ORNE, M. T. (1962) - On the social psychological experiment: with particular reference to demand characteristics and their implications, *American Psychologist*, 17: 776-782.
- OSGOOD, Ch. e TANNEBAUM, P. (1955) - The principle of congruity in the prediction of attitude change, *Psychological Review*, 62: 42-55.
- PAICHELER, H. (1984) - L'épistémologie du sens commun: de la perception à la connaissance de l'autre. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie Sociale*, Paris, PUF.
- PALMONARI, A., CARUGATI, F., BITTI, P. e SARCHIELLI, G. (1984) - Imperfect identities: a socio-psychological perspective for the study of the problems of adolescence. In H. Tajfel (Ed.), *The Social Dimension*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PANDEY, J., SINHA, Y., PRARASH, A. e TRIPATHI, R. (1982) - Right-left political ideologies and attribution of the causes of poverty, *European Journal of Social Psychology*, 12: 327-331.
- PIAGET, J. (1932) - *Le jugement moral chez l'enfant*, Paris, Alcan.
- PIAGET, J. (1945-1964) - *La formation du symbole chez l'enfant*, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé.
- PIAGET, J. (1926-1976) - *La représentation du monde chez l'enfant*, Paris, PUF.
- PICHEVIN, M. et POITOU, J. (1974) - Le "biais de l'équilibre": un exemple de consigne implicite, *Cahiers de Psychologie*, 17: 111-118.
- PLON, M. (1963) - Observations théoriques et expérimentales sur le rôle des représentations dans des situations de choix conflictuelles, *Bulletin du Cerp*, 17: 205-244.
- PLOU, M. (1972) - Jeux et conflits. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale*, vol. 1, Paris, Larousse.
- POITOU, J. P. (1974) - *La dissonance cognitive*, Paris, A. Collin.
- POITOU, J. P. (1978) - *La dynamique des groupes, une idéologie au travail*, Paris, CNRS.
- POSTMAN, L., BRUNER, J., MCGUINERS, E. (1948-1970) - Valeurs personnelles en tant que facteurs sélectifs dans la perception. In A. Lévy (Ed.), *Psychologie Sociale*, Paris, Dunod.
- RODRIGUES, A., MARQUES, J. e SOUSA, E. (1985) - *A representação social da justiça em Portugal - uma análise psico-social da percepção do aparelho judiciário*, Lisboa, Instituto de Pesquisa Social Damião de Gois.
- ROSENTHAL, R. (1964) - The effect of the experimenter on the results of the psychological research. In B. A. Maher (Ed.), *Progress in experimental personality research*, 1: 79-114, New York, Academic Press.
- ROSS, L. B. (1977) - The intuitive psychologist and his shortcomings: distortions in the attribution process. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, vol. 10, New York, Academic Press.
- SEARS, O. (1983) - The person-positivity bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44: 233-250.
- SHERIF, M. (1969) - Ingroup and intergroup relations. Experimental analysis. In M. Sherif e C. W. Sherif (Eds.), *Social Psychology*, New York, Harper and Row.
- SOCZKA, L. (1985) - *A psicologia como representação social - as práticas psicológicas vistas pelos psicólogos*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- TAJFEL, H. (1972) - La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la Psychologie Sociale*, Paris, Larousse.
- TAJFEL, H. (1982) - *Grupos humanos e categorias sociais*, Lisboa, Livros Horizonte.
- TAYLOR, S. (1981) - The interface of cognitive and social psychology. In J. H. Harvey (Ed.), *Cognition, social behavior and the environment*, New Jersey, L. Erlbaum Ass. Pub.
- VALA, J. (1978) - A criança como símbolo social, *Análise Psicológica*, 1: 73-80.
- VALA, J. (1981) - Grupos sociais e representação social da violência, *Psicologia*, 2: 329-342.

- VALA, J. (1984) - *La production sociale de la violence: représentations et comportements*, tese de doutoramento, Univ. Cath. de Louvain.
- VALA, J. (1985) - *Valores e comportamentos dos jovens: conflitos num contexto de mudança cultural*, Lisboa, Cadernos Juventude, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- VALA, J., LEYENS, J. Ph., MONTEIRO, M. B. (1985) - *Causal dimensions of interpersonal violence*, texto não publicado, Univ. Cath. de Louvain.
- VOVELLE, M. (1982) - *Idéologies et mentalités*, Paris, Maspéro.
- ZAJONL, R. (1980) - Feeling and thinking: preferences need no inferences, *American Psychologist*, 35: 151-175.

NOTAS

- (1) Apraz-nos citar Oliveira Martins: "Vendo o sol ou a lua caminhar no céu, o selvagem denomina os astros com uma certa palavra e explica-lhes o movimento de um certo modo: desde logo inventou o mito, porque essas palavras e modos passam para ele a ser tão reais como os próprios fenómenos que os provocaram (...). Reais, portanto, as invenções espontâneas passam a fazer parte integrante do ambiente em que se existe e a actuar nessa qualidade sobre a imaginação" (Oliveira Martins, 1922, pág. 3-4).
- (2) As citações são sempre feitas na língua da edição consultada.
- (3) A este propósito é interessante referir que Boulding (1956), ao propor uma nova disciplina - *eiconics* - consagrada ao estudo da imagem, atribui-lhe um carácter interdisciplinar e fundamenta-a em contribuições da sociologia do conhecimento, da antropologia, da psicologia da percepção social, da psicanálise e da teoria dos sistemas.
- (4) Para uma revisão de literatura, ver p. ex. Marques e Sousa (1982).
- (5) Ichheiser (1943; citado por Farr, 1984), um psicólogo americano, refere da mesma forma que as atribuições internas são "la conséquence normale et inévitable du système social et de l'idéologie du XIXème siècle, qui nous ont fait croire que notre sort dans l'espace social dépendait essentiellement, sinon exclusivement, de nos qualités personnelles - que c'est nous comme individus, et non les conditions sociales dominantes, qui donnent forme à nos existences".
- (6) Há algum simplismo e exagero nesta posição de Moscovici. Basta lembrar os trabalhos pioneiros de Bruner e Heider, ou a difusão dos modelos S-R-S-R em psicologia social cognitiva.
- (7) Ou ainda no texto de 1961: "La représentation nous semble être non pas une instance intermédiaire, mais un processus qui rend le concept et la perception en quelque sorte interchangeables, du fait qu'ils s'engendrent réciproquement. Ainsi l'objet du concept peut être pris pour l'objet d'une perception, ou le contenu du concept être perçu" (Moscovici, 1961, pág. 302).
- (8) Allport e Postman (1954-1970) distinguiram três princípios no mecanismo de reconstrução de um objecto: *redução*, *acentuação* e *assimilação*. Postman et al. (1948-1970) mostraram depois que estes princípios se encontravam subordinados aos interesses, necessidades e valores dos indivíduos. É evidente alguma proximidade entre o processo de objectivação e os conceitos de Allport e Postman. Porém, no caso da elaboração de uma representação social haverá que acentuar que os mecanismos que regem os processos de objectivação e ancoragem são também de natureza social.
- (9) Para uma discussão geral deste problema, veja-se Tajfel (1982, pág. 53-66).
- (10) Sobre este mesmo tema, ver Jodelet (1984).
- (11) Para uma revisão, ver, p. ex., Vala (1984).

RESUMO

O autor analisa o conceito de representação social tal como foi formulado em psicologia social. Discute, nomeadamente, a articulação das representações sociais com os conceitos e problemas da psicologia social cognitiva, e os processos psicossociais subjacentes à formação, dinâmica e função das representações sociais. Apresenta ainda uma sistematização das principais perspectivas e orientações na abordagem psicossociológica das representações sociais.

Sublinha-se a contribuição do estudo das representações sociais para uma psicologia social mais social, e para a análise do pensamento social, alternativa aos estudos tradicionais sobre a cognição social.

RÉSUMÉ

L'auteur analyse le concept de représentation sociale tel qu'il a été reformulé dans le contexte de la psychologie sociale. Il discute, notamment, l'articulation des représentations sociales avec les concepts aussi bien que les problèmes de la psychologie sociale cognitive, et les processus psychosociaux sous-jacents à la formation, la dynamique et les fonctions des représentations sociales. L'auteur présente encore une systématisation des optiques d'approche psychosociologique des représentations sociales.

L'auteur souligne la contribution de la reformulation psychosociologique du concept de représentation sociale pour une psychologie sociale plus sociale et pour l'analyse de la pensée sociale, alternative aux études traditionnelles sur la cognition sociale.

ABSTRACT

The author presents an analysis of the concept of social representation within a framework of its social psychological reformulation. He particularly discusses a) the articulation of social representations with the concepts and problems of cognitive social psychology, and b) the social psychological processes underlying the construction, dynamics and functions of social representations. A brief review of the main perspectives and orientations in the social psychological reformulation of social representations has contributed to a more social social psychology and to the analysis of social thinking, as an alternative to traditional studies on social cognition.